

HABEAS CORPUS Nº 548.453 - SP (2019/0356340-8)

RELATOR : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
FERNANDO NICOLAS PENCO JUVE
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : RODRIGO GLALBE ISIDORO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em favor de RODRIGO GLALBE ISIDORO, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que denegou o *writ* de origem, assim ou relatado (fl.52):

A presente ordem é impetrada em favor do paciente, que estaria sofrendo constrangimento ilegal imposto pelo Juízo do Plantão Judiciário da Comarca de Mogi das Cruzes, Proc. nº 1502521-72.2019, em razão da conversão de sua prisão em flagrante em preventiva, em decisão carente de fundamentação e apesar de ausentes os pressupostos autorizadores da custódia cautelar.

Liminar indeferida este Relator.

Vieram as informações do Juízo da 2ª Vara Criminal da Comarca de Itaquaquecetuba, a quem o feito foi distribuído. O parecer da douta Procuradoria é pela denegação da ordem.

É o relatório.

O paciente foi preso em flagrante pela prática do crime de tráfico de drogas, tipificado no art. 33, *caput*, da Lei de Drogas.

O impetrante argumenta que as instâncias de origem não teriam apresentado fundamento concreto que justificasse a custódia cautelar do paciente. Destaca, ainda, a primariedade do réu, e a residência fixa no distrito da culpa.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem constitucional para que a prisão preventiva seja revogada.

É o relatório.

DECIDO.

Em consulta ao sítio processual do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, constatou-se que a denúncia foi recebida em 27/11/2019, com a revogação da prisão preventiva e a imposição de medidas cautelares diversas da prisão (fls. 57-61).

Dessa forma, o presente *habeas corpus* encontra-se prejudicado pela perda de seu objeto.

Ante o exposto, julgo prejudicado o *habeas corpus*.

Superior Tribunal de Justiça

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO

Relator